

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de março de 2015

A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2014	31/12/2013		Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		12.502	17.546	Passivo Circulante		45.504	46.482
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.f	75	79	Contas a Pagar	7	2.129	1.331
Aplicações Financeiras	4&18.f	-	223	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	18.f	1.437	1.317
Créditos Tributários - Correntes	9.d	11.030	16.269	Salários a Pagar		20.078	18.928
Outros Ativos Financeiros		1.327	938	Impostos a Pagar		4.556	4.245
Outros Ativos		70	37	Outros Passivos		13.371	15.994
Ativo não Circulante		85.082	73.054	Provisões	8	3.933	4.667
Aplicações Financeiras	4&18.f	41.571	47.808	Passivo não Circulante		15.953	9.676
Contas a Receber		540	728	Salários a Pagar		215	-
Depósitos Judiciais		5.551	4.137	Outros Passivos		-	55
Créditos Tributários		35.343	19.064	Provisões	8	15.738	9.621
Correntes	9.d	19.879	7.526	Total do Passivo		61.457	56.158
Diferidos	9.b	15.464	11.538	Patrimônio Líquido			
Outros Ativos Financeiros		91	-	Capital Social		24.920	24.920
Outros Ativos		1.090	227	Reservas		13.170	8.949
Ativo Tangível	5	509	545	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.963)	573
Ativo Intangível	6	387	545	Total do Patrimônio Líquido	10	36.127	34.442
Total do Ativo		97.584	90.600	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		97.584	90.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
	24.920	2.248	3.896	(12.327)	-	18.737
1.b	-	-	-	12.900	-	12.900
	-	-	-	-	4.355	4.355
10.c	-	218	-	-	(218)	-
10.b	-	-	-	(1.550)	(1.550)	-
10.d	-	-	2.587	-	(2.587)	-
	24.920	2.466	6.483	573	-	34.442
	-	-	-	(2.536)	-	(2.536)
	-	-	-	-	5.911	5.911

Saldos em 31 de Dezembro de 2012

a) Plano de Benefícios a Funcionários

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido	-	-
Destinações:		
Reserva Legal	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	24.920	2.466

Plano de Benefícios a Funcionários

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido	-	-
Destinações:		
Reserva Legal	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	24.920	2.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP é uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto, entre outros, desenvolvimento e implantação de infraestrutura de tecnologia, gestão de processamento de serviços de tecnologia, suporte técnico, gestão de recursos de comunicação - dados e voz, suporte de infraestrutura em sites de processamento distribuído, suporte de equipamentos de uso corporativo, mesa de operações e Call Center e suporte à implantação de projetos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente.

As receitas da Produban nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 18.f.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Produban, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade e *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Produban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 23 de março de 2015.

A Administração da Produban também não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ação e outros ativos intangíveis);
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligações;
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado, e

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado); essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivos financeiros ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados ao valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível

A depreciação do equipamento é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Produban avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Produban avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços:

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outros Provisões

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Produban. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Produban, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Produban como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesa com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabelece alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta norma prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

j) Remuneração Baseada em Ações

A Produban, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco Santander. Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander. O Banco Santander mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, é considerado o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), são mensurados os serviços prestados e as correspondentes responsabilidades incorridas no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o valor justo do passivo é reavaliado no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizamos dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

8. Provisões
a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Fiscais	Trabalhistas	Fundos de Pensões	Fiscais	Trabalhistas	Fundos de Pensões
Saldo Inicial	1.452	8.799	4.037	1.445	5.266	20.794
Adições Debitadas ao Resultado:						
Constituição Líquida de Reversão	35	3.321	415	7	4.585	(399)
Despesas com Juros (Nota 17)	-	-	310	-	-	2.117
Despesas com Pessoal	-	-	1.285	-	-	2.011
Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1) (Nota 1.b)	-	-	3.842	-	-	(19.545)
Baixas por Pagamentos Especiais	(1.401)	(2.424)	-	(1.052)	-	(941)
Saldo Final	1.487	10.719	7.465	1.452	8.799	4.037

b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Produban com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Produban tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo que a Produban vem discutindo judicialmente são os impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL - R\$1.317 (2013 - R\$ 1.287).

c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram R\$645.888 e trabalhistas R\$1.280. O principal processo é:

Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Cederes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Produban foi bem sucedida na segunda instância em seu processo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), no entanto essa foi reformada e um novo recurso foi apresentado, o qual ainda perde de apreciação. O Banco foi considerado responsável pelo lançamento do imposto. As respectivas partes perdedoras de ambas as decisões recorreram, e os processos ainda estão aguardando a decisão final dos respectivos recursos em última instância perante o CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$630 milhões.

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

e.1) Plano de Contribuição Complementar

A Produban patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Produban, abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano que oferece coberturas de risco, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas a Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2014 relativo a SantanderPrevi foi de R\$ 1.929 (2013 - R\$1.684).

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	31/12/2014	
	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(58.279)	(1.256)
Valor Justo dos Ativos do Plano	59.952	1.637
Sendo:		
Superávit	8.425	380
Déficit	(6.753)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	8.425	380
Ativo Atuarial Líquido	-	-
Passivo Atuarial Líquido	6.753	-
Contribuições Efetuadas	694	-
Recetta (Despesas) Reconhecidas	(272)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.865)	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	5.300	188
31/12/2013	5.300	188
Banesprev	Sanprev	
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(50.054)	(1.154)
Valor Justo dos Ativos do Plano	54.827	1.448
Sendo:		
Superávit	7.839	295
Déficit	(3.066)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	7.839	295
Ativo Atuarial Líquido	-	-
Passivo Atuarial Líquido	3.066	-
Contribuições Efetuadas	633	-
Recetta (Despesas) Reconhecidas	(3.214)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.386	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(7.780)	399

e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo - entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.172)	(5.080)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.460	4.110	-	-
Sendo:				
Déficit	(713)	(971)	-	-
Ativo Atuarial Líquido	-	-	713	971
Passivo Atuarial Líquido	713	971	210	308
Contribuições Efetuadas	(891)	146	(446)	-
Recetta (Despesas) Reconhecidas	(2.327)	(39)	(296)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(400)	(515)	-	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	1.489	(6.977)	-	-

As Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos foram:

- Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial: Banesprev e Sanprev - 10,9% (2013 - 11,2%). Cabesp - 11,0% (2013 - 11,3%).

- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: Banesprev e Sanprev - 10,9% (2013 - 11,2%). Cabesp - 11,0% (2013 - 11,3%).

- Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo: Banesprev e Sanprev - 4,5% (2013 - 4,5%).

- Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários: Banesprev e Sanprev - 5,0% (2013 - 5,0%).

- Tábua Biométrica de Mortalidade Geral: AT2000 (2013 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	Sanprev	Cabesp
Experiência do Plano	(891)	146	(446)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.327)	(39)	(296)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(3.218)	107	(742)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(854)	27	1.009
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(854)	27	1.009

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade		

Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais

Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais

	(+) 1.0%	(-) 1.0%
	1.243	(982)

Duration (em Anos)

Banesprev I	14,56
Banesprev II	13,35
Banesprev III	14,27
Sanprev IV	14,75
Cabesp	20,62

e.3) Remuneração com Base em Ações

A Produban possui um programa de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. São elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Produban, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo.

e.3.1) Programa Global

Política de Incentivos a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e membros do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Produban estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (P109) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (P110/P111/P112/P113 e P114). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações que serão distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano P112 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo. **Valor Justo do Plano Global**

É considerado que os beneficiários não deixarão a Produban durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	P111	P112	P113	P114
Volatilidade esperada (*)	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos). Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por consequente, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2012

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
78.180					
Opções Canceladas (P113)	(38.530)	2010	Executivos	01/07/2010	31/07/2013

Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2013

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
39.650					
Plano I14	(39.650)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014

Saldo do Plano em 31 de Dezembro de 2014

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
-					

(*) Em 31 de dezembro de 2014 foram encerrados os ciclos de incentivos a longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$103 (2013 - R\$280), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação	7.684	5.554
Juros sobre o Capital Próprio	(1.690)	(1.550)
Resultado Líquido Ajustado	5.994	4.004

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 9% Respectivamente

Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(4)	-
Outros Ajustes	270	163
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	(1.773)	(1.199)
Impostos Correntes	(4.392)	(2.305)
Impostos Diferidos	2.619	1.106
Impostos Pagos no Exercício	(5.847)	(4.111)
Aliquota Efetiva	23,07%	21,59%

b) Impostos Diferidos e Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Natureza e Origem:				
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	391	12	-	403

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

Provisão para Despesa de Pessoal - PLR

Provisão para Fundos de Pensões

Outras Provisões Temporárias

Total

Saldo em 31/12/2012

Ajustado

Constituição

Realização

Saldo em 31/12/2013

Total

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		Total
	IRPJ	CSLL	
2015	8.450	3.049	11.499
2016	616	228	844
2017	616	410	844
2018	616	222	838
2019	658	237	896
2020 a 2022	241	85	327
2023 a 2024	161	57	218
Total	11.358	4.106	15.464

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital social, totalmente integralizado, está representado por 11.250 mil ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de dezembro de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$1.690 (R\$150,22 por lote de mil ações ordinárias correspondente a R\$127,69, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações), imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014, serão pagos em 26 de fevereiro de 2015.

Em 30 de dezembro de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$1.550 (R\$137,77 por lote de mil ações ordinárias correspondente a R\$117,11, líquido do imposto de renda, por lote de mil ações), imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2013, foram pagos em 26 de fevereiro de 2014.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada